



Fotos Sérgio Borges — Telefotos Estado

Pecora com Galvães e Langoni com Stabile, na reunião em que o CMN discutiu a programação do setor externo

Programação do Setor Externo em 1983

Programação do setor externo em 1983
Conselho Monetário Nacional
Brasília, 25/10/82

Índice

I — Objetivos e instrumentos

II — Balança comercial

II. 1 — Exportações

II. 2 — Importações

III — Serviços

IV — Movimento de Capitais

V — Indicadores da dívida externa

VI — Reservas Cambiais

VII — Perspectivas a médio prazo

VIII — Conclusões

A programação do setor externo em 1983

I — OBJETIVOS E INSTRUMENTOS

O objetivo fundamental da política econômica em 1983 será reduzir drasticamente o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, a fim de viabilizar a continuidade do processo de administração do endividamento externo.

Desta forma, o déficit em conta corrente no próximo ano não poderá ser superior a US\$ 6,9 bilhões, o que representa uma queda de 51% em relação ao resultado estimado para 1982 (US\$ 14 bilhões). Com esta redução, as necessidades de empréstimos do Brasil, em moeda, estarão limitadas a US\$ 10,6 bilhões, e o crescimento da dívida externa será de 8,9%, em contraste com a estimativa de 17,6% para 1982.

A economia brasileira deverá, dessa forma, ajustar-se o mais rapidamente possível à nova realidade representada pelo crescimento mais lento da oferta de recursos externos, como reflexo do impacto negativo causado por uma sucessão de choques exógenos que ampliou de forma desproporcional o grau de incerteza nos mercados financeiros internacionais. Enquanto não são agilizados novos canais institucionais que possam complementar o papel dos bancos privados no processo de reciclagem de recursos financeiros para os países em desenvolvimento, será imprescindível tornar ainda mais intenso o esforço de contenção dos desequilíbrios externos e internos da economia brasileira. Dessa forma, as novas restrições externas impõem modificação na estratégia de ajustamento gradual que vinha sendo perseguida com relativo êxito desde o primeiro choque do petróleo, exigindo, em contrapartida, um processo mais rápido de redução do déficit do balanço de pagamentos, adequando-o à efetiva disponibilidade de recursos externos.

É nesse sentido que o superávit da balança comercial, de US\$ 6 bilhões, implícito na redução prevista para o déficit em conta corrente, deve ser compreendido não como uma estimativa aproximada que poderá ou não ser alcançada em função das condições do comércio internacional, mas sim como o nível mínimo de excedente comercial necessário para compatibilizar o déficit de serviços (que é dominado pelo despesa com juros e, portanto, praticamente um dado) com o volume máximo de créditos que, com segurança, o Brasil poderá obter junto à comunidade financeira internacional.

Há, portanto, uma importante mudança de enfoque na programação externa para 1983, como consequência direta da alteração nas condições de acesso ao mercado financeiro internacional: nos anos anteriores, partia-se de metas de exportação para determinar o saldo provável da balança comercial que, por sua vez, iria definir o nível do déficit em conta corrente, chegando, de forma residual, ao volume necessário de empréstimos em moeda. No presente exercício, trata-se de conciliar o volume disponível de empréstimos em moeda, estimado em função do acréscimo factível de exposição dos bancos internacionais junto ao Brasil, com o nível máximo do déficit em conta corrente em condições de ser financiado, determinando-se assim o superávit mínimo necessário da balança comercial implícito nessas considerações.

A análise anterior deixa claro que, ao contrário dos outros anos, o superávit comercial em 1983 será assegurado muito mais pela contenção das importações (limitadas ao máximo de US\$ 17 bilhões), do que pelo comportamento esperado das exportações, cuja expansão está em grande parte condicionada à evolução da conjuntura internacional. Assim, o superávit comercial de US\$ 6 bilhões deverá ser alcançado mesmo com um crescimento relativamente modesto das exportações (9,5%), o que parece compatível com a perspectiva de alguma recuperação no ritmo da atividade econômica dos principais países industrializados no próximo ano. Quanto às importações, o nível de US\$ 17 bilhões será atingido especialmente pela economia de US\$ 1,1 bilhão nos gastos com petróleo, um corte de 29% nas importações do setor público (exclusive petróleo) e de 21% nas importações do setor privado.

É evidente que a viabilização desse esforço de correção do desequilíbrio externo deverá ser coerente com a redução de desequilíbrios internos e, em especial, com a reavaliação do nível programado de investimento público, face à menor disponibilidade de poupança externa e capacidade de importar.

Assim, a exemplo do que já vem ocorrendo nos últimos dois anos, dar-se-á continuidade ao conjunto de políticas fiscal e monetária, que deverão contribuir para a sensível desaceleração do processo inflacionário, tendo impacto adicional positivo, ainda que de forma indireta, sobre as contas externas, através da redução do excesso de demanda agregada. Na área monetária, a recente decisão de elevar o nível do compulsório sobre depósitos à vista, de 35% até o máximo de 45%, estendendo-o também aos depósitos a prazo, combinada com os limites quantitativos já existentes, deverá assegurar o efetivo controle dos meios de pagamento, assim como o crescimento mais moderado do crédito global. Na área fiscal, serão redobrados os esforços para redução do déficit público, estimado em 5,7% do PIB em 1982, para cerca de 2,5% em 1983 e 1,5% em 1984. Este objetivo será alcançado especialmente pela compressão, em termos reais, do nível de investimento público (que deverá apresentar queda de 4%) e pela sensível diminuição da massa de despesas e incentivos fiscais.

Será, por outro lado, mantido o realismo nas políticas de taxa de juros, correção monetária e, especialmente, na política cambial. A taxa de juros no mercado doméstico deverá, entretanto, apresentar queda em termos reais, em função do comportamento mais favorável das taxas do mercado internacional e da substancial redução do déficit do setor público. A estratégia de minidesvalorizações reais, isto é, desvalorizações que se aproximam da inflação doméstica, não levando, portanto, em consideração a inflação externa e assim se constituindo em ganho adicional, para as contas externas, através da redução do excesso de demanda agregada. Na área monetária, a recente decisão de elevar o nível do compulsório sobre depósitos à vista, de 35% até o máximo de 45%, estendendo-o também aos depósitos a prazo, combinada com os limites quantitativos já existentes, deverá assegurar o efetivo controle dos meios de pagamento, assim como o crescimento mais moderado do crédito global. Na área fiscal, serão redobrados os esforços para redução do déficit público, estimado em 5,7% do PIB em 1982, para cerca de 2,5% em 1983 e 1,5% em 1984. Este objetivo será alcançado especialmente pela compressão, em termos reais, do nível de investimento público (que deverá apresentar queda de 4%) e pela sensível diminuição da massa de despesas e incentivos fiscais.

Assim, a exemplo do que já vem ocorrendo nos últimos dois anos, dar-se-á continuidade ao conjunto de políticas fiscal e monetária, que deverão contribuir para a sensível desaceleração do processo inflacionário, tendo impacto adicional positivo, ainda que de forma indireta, sobre as contas externas, através da redução do excesso de demanda agregada. Na área monetária, a recente decisão de elevar o nível do compulsório sobre depósitos à vista, de 35% até o máximo de 45%, estendendo-o também aos depósitos a prazo, combinada com os limites quantitativos já existentes, deverá assegurar o efetivo controle dos meios de pagamento, assim como o crescimento mais moderado do crédito global. Na área fiscal, serão redobrados os esforços para redução do déficit público, estimado em 5,7% do PIB em 1982, para cerca de 2,5% em 1983 e 1,5% em 1984. Este objetivo será alcançado especialmente pela compressão, em termos reais, do nível de investimento público (que deverá apresentar queda de 4%) e pela sensível diminuição da massa de despesas e incentivos fiscais.

Será, por outro lado, mantido o realismo nas

políticas de taxa de juros, correção monetária e,

especialmente, na política cambial. A taxa de

juros no mercado doméstico deverá, entretanto,

apresentar queda em termos reais, em função do

comportamento mais favorável das taxas do mer-

cado internacional e da substancial redução do

déficit do setor público. A estratégia de minides-

valorizações reais, isto é, desvalorizações que se

aproximam da inflação doméstica, não levando,

portanto, em consideração a inflação externa e

assim se constituindo em ganho adicional, para

as contas externas, através da redução do excesso de

demandas agregadas. Na área monetária, a recente

decisão de elevar o nível do compulsório sobre

depósitos à vista, de 35% até o máximo de 45%,

estendendo-o também aos depósitos a prazo, combinada com os limites quantitativos já existentes, deverá assegurar o efetivo controle dos meios de pagamento, assim como o crescimento mais moderado do crédito global. Na área fiscal, serão redobrados os esforços para redução do déficit público, estimado em 5,7% do PIB em 1982, para cerca de 2,5% em 1983 e 1,5% em 1984. Este objetivo será alcançado especialmente pela compressão, em termos reais, do nível de investimento público (que deverá apresentar queda de 4%) e pela sensível diminuição da massa de despesas e incentivos fiscais.

Será, por outro lado, mantido o realismo nas

políticas de taxa de juros, correção monetária e,

especialmente, na política cambial. A taxa de

juros no mercado doméstico deverá, entretanto,

apresentar queda em termos reais, em função do

comportamento mais favorável das taxas do mer-

cado internacional e da substancial redução do

déficit do setor público. A estratégia de minides-

valorizações reais, isto é, desvalorizações que se

aproximam da inflação doméstica, não levando,

portanto, em consideração a inflação externa e

assim se constituindo em ganho adicional, para

as contas externas, através da redução do excesso de

demandas agregadas. Na área monetária, a recente

decisão de elevar o nível do compulsório sobre

depósitos à vista, de 35% até o máximo de 45%,

estendendo-o também aos depósitos a prazo, combinada com os limites quantitativos já existentes, deverá assegurar o efetivo controle dos meios de pagamento, assim como o crescimento mais moderado do crédito global. Na área fiscal, serão redobrados os esforços para redução do déficit público, estimado em 5,7% do PIB em 1982, para cerca de 2,5% em 1983 e 1,5% em 1984. Este objetivo será alcançado especialmente pela compressão, em termos reais, do nível de investimento público (que deverá apresentar queda de 4%) e pela sensível diminuição da massa de despesas e incentivos fiscais.

Será, por outro lado, mantido o realismo nas

políticas de taxa de juros, correção monetária e,

especialmente, na política cambial. A taxa de

juros no mercado doméstico deverá, entretanto,

apresentar queda em termos reais, em função do

comportamento mais favorável das taxas do mer-

cado internacional e da substancial redução do

déficit do setor público. A estratégia de minides-

valorizações reais, isto é, desvalorizações que se

aproximam da inflação doméstica, não levando,

portanto, em consideração a inflação externa e

assim se constituindo em ganho adicional, para

as contas externas, através da redução do excesso de

demandas agregadas. Na área monetária, a recente

decisão de elevar o nível do compulsório sobre

depósitos à vista, de 35% até o máximo de 45%,

estendendo-o também aos depósitos a prazo, combinada com os limites quantitativos já existentes, deverá assegurar o efetivo controle dos meios de pagamento, assim como o crescimento mais moderado do crédito global. Na área fiscal, serão redobrados os esforços para redução do déficit público, estimado em 5,7% do PIB em 1982, para cerca de 2,5% em 1983 e 1,5% em 1984. Este objetivo será alcançado especialmente pela compressão, em termos reais, do nível de investimento público (que deverá apresentar queda de 4%) e pela sensível diminuição da massa de despesas e incentivos fiscais.

Será, por outro lado, mantido o realismo nas

políticas de taxa de juros, correção monetária e,

especialmente, na política cambial. A taxa de

juros no mercado doméstico deverá, entretanto,

apresentar queda em termos reais, em função do

comportamento mais favorável das taxas do mer-

cado internacional e da substancial redução do

déficit do setor público. A estratégia de minides-

valorizações reais, isto é, desvalorizações que se

aproximam da inflação doméstica, não levando,

portanto, em consideração a inflação externa e

assim se constituindo em ganho adicional, para

as contas externas, através da redução do excesso de

demandas agregadas. Na área monetária, a recente

decisão de elevar o nível do compulsório sobre

depósitos à vista, de 35% até o máximo de 45%,

estendendo-o também aos depósitos a prazo, combinada com os limites quantitativos já existentes, deverá assegurar o efetivo controle dos meios de pagamento, assim como o crescimento mais moderado do crédito global. Na área fiscal, serão redobrados os esforços para redução do déficit público, estimado em 5,7% do PIB em 1982, para cerca de 2,5% em 1983 e 1,5% em 1984. Este objetivo será alcançado especialmente pela compressão, em termos reais, do nível de investimento público (que deverá apresentar queda de 4%) e pela sensível diminuição da massa de despesas e incentivos fiscais.

Será, por outro lado, mantido o realismo nas

políticas de taxa de juros, correção monetária e,

especialmente, na política cambial. A taxa de

juros no mercado doméstico deverá, entretanto,

apresentar queda em termos reais, em função do

comportamento mais favorável das taxas do mer-

cado internacional e da substancial redução do

déficit do setor público. A estratégia de minides-

valorizações reais, isto é, desvalorizações que se

aproximam da inflação doméstica, não levando,

portanto, em consideração a inflação externa e

assim se constituindo em ganho adicional, para

as contas externas, através da redução do excesso de

demandas agregadas. Na área monetária, a recente

decisão de elevar o nível do compulsório sobre

depósitos à vista, de 35% até o máximo de 45%,

estendendo-o também aos depósitos a prazo, combinada com os limites quantitativos já existentes, deverá assegurar o efetivo controle dos meios de pagamento, assim como o crescimento mais moderado do crédito global. Na área fiscal, serão redobrados os esforços para redução do déficit público, estimado em 5,7% do PIB em 1982, para cerca de 2,5%